

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA - NEAD
ESPECIALIZAÇÃO EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

SERGIO COSTA CAVALCANTE

**O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: SUA IMPORTÂNCIA
PARA O ENSINO FUNDAMENTAL I, PLANEJAMENTO, DESAFIOS E
ESTRATÉGIAS**

MOSSÓRO

2024

SERGIO COSTA CAVALCANTE

**O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: SUA IMPORTÂNCIA
PARA O ENSINO FUNDAMENTAL I, PLANEJAMENTO, DESAFIOS E
ESTRATÉGIAS**

Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado do Núcleo de Educação à Distância da Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Especialista em Atendimento Educacional Especializado.

Orientadora: Prof^a Me. Fernanda Kallyne Rêgo de Oliveira

MOSSÓRO

2024

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: SUA IMPORTÂNCIA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL I, PLANEJAMENTO, DESAFIOS E ESTRATÉGIAS

Sergio Costa Cavalcante¹

RESUMO

O presente estudo objetiva analisar de que forma o planejamento pode interferir na atuação do professor no atendimento educacional especializado. E como objetivos específicos: Entender qual a compreensão do professor acerca do planejamento; Perceber de que forma esse planejamento é elaborado e executado; Compreender como ocorre a articulação com o seu território; e por fim, identificar os desafios e estratégias para a efetivação do AEE. Como percurso metodológico, a proposição é de um estudo de caso, para tanto, optou-se por uma pesquisa de campo, de natureza qualitativa, por meio da aplicação de um questionário estruturado. A pesquisa ocorreu na escola da zona rural do município de Portalegre/RN, os dados foram obtidos e apresentados por meio da análise do discurso. Como aporte teóricos contou-se com as contribuições de autores como Libâneo (2006), Santos (2019), Santiago e Santos (2015), dentre outros. Como resultados foi possível identificar que o planejamento do professor atuante no Atendimento Educacional Especializado exerce um papel fundamental para o desenvolvimento dos alunos deficientes, visto que, levando em consideração as especificidades de cada um, é preciso que esse planejamento seja elaborado mediante suas especificidades, bem como individualidades. Desse modo, o ato de planejar, está para além do ato de selecionar atividades, pode-se configurar como um momento de pesquisa, produção, trocas e compartilhamentos de saberes, elaboração de recursos acessíveis, dentre outros, porque não dizer que são tarefas um tanto quanto desafiadoras diante das inúmeras situações encontradas nos atendimentos.

PALAVRAS-CHAVE: Atendimento Educacional Especializado (AEE). Planejamento. Deficiência.

¹Discente do Curso de Pós-Graduação em Atendimento Educacional Especializado (AEE), pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). E-mail: sergiocavalcante12345@gmail.com

ABSTRACT

This study aims to analyze how planning can interfere with the teacher's performance in specialized educational care. The specific objectives are: to understand the teacher's understanding of planning; to understand how this planning is drawn up and carried out; to understand how it is articulated with its territory; and finally, to identify the challenges and strategies for making SEA effective. As a methodological approach, the proposal is for a case study, so we opted for qualitative field research, using a structured questionnaire. The research took place at a school in the rural area of the municipality of Portalegre/RN, and the data was obtained and presented using discourse analysis. Theoretical contributions were made by authors such as Libâneo (2006), Santos (2019), Santiago and Santos (2015), among others. As a result, it was possible to identify that the planning of the teacher working in Specialized Educational Care plays a fundamental role in the development of disabled students, since, taking into account the specificities of each one, this planning needs to be elaborated through their specificities, as well as individualities. In this way, the act of planning goes beyond the act of selecting activities. It can be configured as a moment of research, production, exchange and sharing of knowledge, development of accessible resources, among other things.

KEYWORDS: Specialized Educational Service. Planning. Deficiency.

1 INTRODUÇÃO

O atendimento educacional especializado (AEE) se configura como uma garantia ao direito a um ensino complementar ou suplementar que foi implantado pelo Ministério da Educação (MEC), para alunos deficientes da rede de ensino. A criação do AEE se deu pelo fato da observação de que os alunos com deficiência não eram totalmente inclusos nas atividades básicas escolares, isso se dava por alguns fatores, dentre eles: a falta de formação de professores para lidarem com tais demandas; pouco conhecimento acerca das deficiências; não existência de recursos para trabalhar com esses alunos, além de outras dificuldades (Farias, Santos, 2020).

Nesse sentido, é necessário analisar que os alunos com deficiência também têm direito à educação, e por apresentarem certas necessidades educacionais específicas, é preciso elaborar um trabalho de observação e planejamento para que as demandas desses alunos sejam atendidas de forma mais inclusiva, com isso, é percebível nessa atuação, grandes desafios que são vivenciados por toda a comunidade escolar, especialmente pelo professor da educação inclusiva, uma vez que ele é o responsável por todos os atendimentos dos alunos com distintas situações específicas, e por este motivo, a metodologia precisa que seja muito bem fundamentada, planejada e executada.

Pensando nessa perspectiva, surge então, a indagação sobre a prática do professor da educação inclusiva, para tanto o questionamento é: Qual a importância do planejamento para o atendimento educacional especializado? De que forma esse planejamento minimiza os desafios e viabiliza as possibilidades?

Desse modo, o presente estudo tem por objetivo geral, analisar de que forma o planejamento pode interferir na atuação do professor no atendimento educacional especializado. E como objetivos específicos: Entender qual a compreensão do professor acerca do planejamento; Perceber de que forma esse planejamento é elaborado e executado; Compreender como ocorre a articulação com o seu território; e por fim, identificar os desafios e estratégias para a efetivação do AEE.

Como percurso metodológico, a proposição é de um estudo de caso, para tanto, optou-se por uma pesquisa de campo, de natureza qualitativa, por meio da aplicação de um questionário estruturado, a fim de coletar dados sobre o desenvolvimento do trabalho de uma professora que atua no Atendimento Educacional Especializado em uma escola no município de Portalegre – Rio Grande do Norte, e posteriormente realizar a análise e discussão. Nesse sentido, optou-se pela seguinte escola por existir um vínculo de trabalho, ou seja, enquanto

coordenação pedagógica, que possibilita um conhecimento do espaço escolar, e também de crianças com necessidades específicas que necessitam de um olhar mais cauteloso, assim é possível observar como a professora desenvolve seu trabalho levando em consideração a falta da parceria da família em conjunto com os demais profissionais.

Com o desenvolvimento do seguinte artigo, pretende-se contribuir para a efetivação de uma prática do professor de AEE, consistente e inclusiva, conforme preconiza a Política Nacional de Inclusão (PNI), bem como evidenciar de que forma as pessoas com deficiência podem ter suas vidas transformadas pela educação, como sujeitos de direitos. Uma prática que pode interferir diretamente no processo de transformação de suas vidas, seja no âmbito pessoal profissional e em sociedade.

Portanto, este artigo está estruturado em seis tópicos: Introdução, que trata-se dessa primeira parte, no qual situa a parte estrutural desse estudo com a problemática, justificativa, objetivos e metodologia, o tópico seguinte que trata da importância do planejamento no AEE, que contamos com as contribuições teóricas de autores como Libâneo (2006), Santos (2019), Santiago e Santos (2015) dentre outros, logo em seguida trazemos uma discussão acerca do conceito do Atendimento Educacional Especializado, suas contribuições para o desenvolvimento do estudante e sua configuração, embasado a partir da Resolução nº4 de 2 de outubro de 2009 do Conselho Nacional de Educação (CNE), da Declaração de Salamanca (1994), além de outras fontes teóricas. Logo após, outro tópico vem trazer a análise dos dados obtidos a partir do questionário aplicado, bem como a discussão sobre os resultados, e por fim apresentamos as conclusões finais e as referências.

2 A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO NO AEE

Trabalhar em sala de aula trata-se de uma tarefa complexa e desafiadora, considerando que existem diversos fatores que devem ser levados em consideração para que se possa desenvolver uma metodologia assertiva, inclusiva e que seja possível alcançar as metas traçadas; mediante isto, levar algo para ser trabalhado com os estudantes primeiramente é preciso fazer uma análise e verificar se condiz com aquela realidade, é o caso do planejamento.

O ato de planejar atividades para a sala de aula envolve muitas questões, desde sociais, econômicas e pessoais; sendo assim é um processo intrínseco para o professor, pois é a partir do seu planejamento que ele desenvolverá objetivos e metodologias pela qual irá trilhar para alcançar as metas estipuladas; nessa perspectiva, Libâneo (2006, p.221) vem

destacar que: “O planejamento escolar é uma tarefa docente que inclui tanto a previsão das atividades didáticas em termos da sua organização e coordenação em face dos objetivos propostos, quanto a sua revisão e adequação no decorrer do processo de ensino”.

É preciso enxergar o planejamento como ferramenta principal para o trabalho do professor, onde ele analisará as condições existentes em seu contexto escolar, bem como a necessidade dos alunos, a posição dos pais, onde ele pretende chegar e quais instrumentos utilizará, dentre outros aspectos, dessa forma, pensar em um plano de ensino deve ser considerado muito mais do que cumprir com exigências escolares, como aponta Libâneo (2006, p.222):

A ação de planejar, portanto, não se reduz ao simples preenchimento de formulários para controle administrativo; é, antes, a atividade consciente de previsão das ações docentes, fundamentadas em opções político-pedagógicas, e tendo como referência permanente as situações didáticas concretas (isto é, a problemática social, econômica, política e cultural que envolve a escola, os professores, os alunos, os pais, a comunidade, que interagem no processo de ensino).

Diante desta discussão, pode-se notar o quão importante é o planejamento para um ensino efetivado, e quando se trás para a realidade da educação com alunos com deficiência, esse planejamento torna-se ainda mais complexo e merece ainda mais atenção, pois o “universo” das deficiências cresce ainda mais, ou seja, cada criança ou jovem deficiente apresenta uma especificidade distinta de acordo com as suas necessidades, sendo assim, a maneira de como trabalhar com cada um deles, torna-se diferente uma da outra, daí a importância de planejar individualmente de acordo com cada situação.

A Política Nacional de Educação Especial no contexto da Educação Básica assegura aos alunos deficientes uma Educação Especial numa perspectiva inclusiva, por meio da garantia de um professor especializado na área, que trabalhe com esses estudantes numa Sala de Recursos Multifuncionais (Santos, 2019). Nesse sentido, esse professor especializado deverá pensar em estratégias que atendam às necessidades dos alunos atendidos, ou seja, o mesmo terá que fazer uma análise cuidadosa dos estudantes, observando suas necessidades, potencialidades e limitações, para que a partir disso, possa elaborar um planejamento que contemple esses alunos e que seja de acordo com cada realidade, nesse caso, relacionando-se ao um Plano Individual de Atendimento (PIA), que por sua vez, busca realizar esse olhar mediante as necessidades do aluno, para que a partir disso, o professor atuante no AEE, possa elaborar objetivos, articular metodologias, buscar idéias, preparar recursos e executar as ações que contemplarão esse aluno.

Planejar para a educação especial é levar em consideração as particularidades dos alunos, pois cada aluno atendido no AEE apresenta uma ou mais deficiências que deve ser refletida diante do que se vai ser trabalhado (SANTIAGO, SANTOS, 2015), sendo assim, muitas vezes por ser um trabalho individualizado dependendo da deficiência, é preciso pensar também em planejamentos individuais, para que seja possível o professor conseguir observar avanços, facilidades ou dificuldades, como discute Santos (2019, p.101),

O planejamento na Educação Especial se traduz num momento que possibilita ao professor do atendimento especializado buscar soluções para obter avanços no desenvolvimento educacional e funcional do aluno com deficiência. Assim, deve ser uma atividade contínua, onde o mesmo não somente seleciona as atividades a serem desenvolvidas, mas faz todo um processo de acompanhamento, onde diagnostica os avanços e dificuldades do aluno, considerando a sua individualidade, seu modo de agir, pensar e aprender.

Com isso, planejar para a educação de alunos deficientes implica em conhecer a realidade em que eles estão inseridos, bem como também a situação que se encontra cada um deles, pois é necessário que a ação executada mediante o seu planejamento, seja concreta e venha de encontro com que o aluno necessita, de forma conceitual e organizada, assim como Santos (2019, p.102) coloca:

(...) o planejamento no contexto educacional implica para além do desejo, uma ação sistemática do que se pretende. E a realidade é o primeiro aspecto a ser considerado quando se planeja. O entendimento do contexto real em que se encontra a escola é fundamental para o desenvolvimento do trabalho pedagógico com o aluno, principalmente quando o foco é a perspectiva inclusiva, (...).

Dessa forma, é importante planejar para sala de aula de forma efetiva, para alunos tidos como “normais” e os alunos com deficiência, no entanto não se pode ter como meta limitante a própria deficiência. Pois é necessário pensar também na capacidade desses alunos, e de que forma eles serão potencializados para alcançarem os objetivos estabelecidos com o foco na aprendizagem e no desenvolvimento do aluno, e mesmo que possa parecer um progresso, para quem na maioria das vezes está fadado aos estigmas de não sair da mesmice, significa um grande passo. Desse modo, percebe-se que fazer educação inclusiva, requer acima de tudo, romper os paradigmas, uma vez que esses alunos têm histórias de vidas para além da escola, fazer educação inclusiva requer ainda uma busca incessante em articular atores e atrizes das políticas públicas sociais, como: saúde, assistência social, dentre outras políticas existentes. Fazer educação inclusiva, significar planejar com eficiência, para que esse aluno possa dispor de uma educação inclusiva de qualidade e de forma efetiva.

Articular um planejamento para executar na educação de alunos deficientes é uma das tarefas que o professor especializado nesta área deve realizar para levar até a Sala de Recursos Multifuncionais instrumentos que ajudarão na melhoria de ensino e inclusão dos alunos deficientes dentro do cenário educacional, com isso, vemos que esses professores buscam diariamente oportunizar através deste serviço, a plena inclusão e ajuda para esse público, contundo, vale salientar que o Atendimento Educacional Especializado (AEE), não é um trabalho de reforço com os alunos, pelo contrário, é um serviço de caráter complementar ou suplementar que não substitui o ensino regular, como alega Santiago, Santos (2015, p.486):

As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização, ou seja, esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos estudantes com vistas à autonomia dentro e fora da escola.

Dessa forma, o trabalho do professor do AEE deve ser planejado pensado juntamente com toda comunidade escolar, especialmente com o professor regular, que neste caso, o mesmo pode fornecer informações acerca da convivência dos alunos em sala de aula, seus anseios, dificuldades, metodologias que melhor se aplicam e quais dificuldades e limitações são encontradas pelo aluno do AEE, além também da suas maiores e melhores habilidades, que podem ser exploradas pelo professor especialista. É nessa perspectiva que apontamos que o planejar e executar para a educação especial não substitui o ensino regular, é preciso que essas duas modalidades aconteçam concomitantemente, sem que uma tome o espaço da outra. Assim, seja executado de forma a garantir o direito do aluno em ter uma educação digna e igualitária como é exigido nas leis e decretos.

Outra questão importante que deve ser levada em consideração quando se vai planejar, é a escolha de atividades e recursos, ou seja, é necessário e de extrema cautela saber que tipo de material será levado para a Sala de Recursos Multifuncionais, ou mesmo que seja em outro espaço, para que não passe uma impressão de que aquele recurso não contemple, ou está muito fora do contexto daquele aluno; Santiago, Santos (2015, p.488) diz que: “As atividades (dimensão das práticas) desenvolvidas no atendimento educacional especializado são práticas pedagógicas intencionais, que precisam estar circunscritas (políticas) em valores (culturas) (...)”

Portanto é interessante refletir sobre essas atividades e fazer com que o professor a partir delas, possa também fazer uma auto avaliação do seu desempenho, voltando seu olhar para sua prática docente e podendo perceber onde pode ser melhorado, ao qual, refletirá

diretamente em seu planejamento, pois a ação de se avaliar tem como um dos objetivos repensar esses planos e tornar mais enraizado em políticas, valores morais e direitos humanos. Saber selecionar materiais, recursos, fazer o uso das tecnologias assistivas, escolher atividades adaptadas e acessivas, tudo isso e entre outros, fazem parte das intervenções pedagógicas pela qual o professor faz uso delas para conseguir concretizar seu trabalho com os alunos deficientes e posteriormente observar os avanços ou dificuldades, sobre isso, Pavão, Pavão (2023, p. 18) discutem o seguinte:

Portanto, enquanto a prática pedagógica no AEE, é um processo mais amplo e geral de ensino e aprendizagem, a intervenção pedagógica é um processo mais direcionado e específico, que visa atender às necessidades individuais dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, contribuindo para a sua inclusão escolar e social.

Vale salientar que essas intervenções pedagógicas são de inteira responsabilidade do professor atuante no AEE, dessa forma ele deve procurar da melhor forma possível como aplicar sua metodologia de ensino e dentro dessa metodologia, fazer o uso das intervenções, que por sua vez, podem ser executadas de diferentes maneiras e em diferentes lugares no âmbito escolar. Dessa maneira, as intervenções pedagógicas dentro do AEE, podem ser utilizadas em qualquer situação de dificuldade que necessite de ações para romper as limitações dos alunos atendidos. Assim, Pavão, Pavão (2023, p.19) afirmam que:

As estratégias de Intervenção pedagógica que o professor ou educador utiliza para intervir em um processo educacional tem o objetivo de promover o aprendizado e o desenvolvimento dos alunos. Essa intervenção pode ser realizada nas Salas de Recurso Multifuncionais ou regulares, em diversas situações, como durante uma aula, em atividades individuais ou em grupo, em momentos de dificuldades ou desafios de aprendizagem dos alunos, entre outros. Mais importante saber onde utilizar essas estratégias é atentar para seu propósito, que estará indicado a partir da avaliação realizada.

Com isso, percebemos o quanto é importante buscar alternativas e meios pedagógicos que respeitem o desenvolvimento de cada aluno, sua vivência enquanto ser humano, tendo um olhar especial para as suas barreiras e limitações, articulando estratégias que tenham como objetivo o aprendizado dos estudantes e que possam superar as suas dificuldades. Assim, saber enxergar sua prática ou o seu planejamento, buscando aperfeiçoá-los diante dos desafios encontrados é de extrema importância, pois uma educação que caminha rumo à inclusão deve conter nela esse olhar de mudança, pois cada um de nós tem nossos direitos educacionais e para isso é necessário ter sua garantia efetivada.

3 DESMISTIFICANDO O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

O acesso à educação básica é um direito de todos independentes da sua cor, raça, etnia, classe social, religião ou deficiência, conforme preconiza o art. 205 da Constituição Federal de 1988. Assim, é dever da União, Estados e Municípios garantirem o livre acesso dos estudantes à escola e buscarem meios que fortifiquem a permanência de crianças e adolescentes no âmbito escolar. Para isso, é necessário que seja traçado oportunidades que atendam as diferenças e limitações dos alunos, nessa perspectiva para os estudantes com deficiência, é preciso que sejam implantadas e implementadas estratégias de atendimentos pelas quais suas necessidades educacionais específicas sejam atendidas e possam ter sua devida valorização e respeito.

Como é sabido, por muito tempo, as pessoas com deficiências foram totalmente excluídas da sociedade, e conseqüentemente da escola, uma vez que se acreditava que esses sujeitos não possuíam a capacidade de aprender, se desenvolver, buscar e alcançar metas, e que jamais seria possível imaginá-los gerando e/ou formulando idéias e pensamentos. Contudo, essa realidade tem sido transformada e novas perspectivas sobre os alunos com deficiência tem mudado, e essas mudanças têm ocorrido primeiro por meio das Leis, Decretos e Portarias que asseguram os direitos desses alunos de frequentarem a escola, e possibilitam que essas pessoas tenham acesso a uma educação digna, e possuam o apoio necessário de que tanto precisam, para permanecerem na escola e de fato aprenderem.

A Declaração de Salamanca (1994) traça os seguintes princípios norteadores da educação especial para alunos com deficiência que abrem portas e esclarece a oferta a uma educação inclusiva e igualitária:

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem;
Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas;
Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades;
Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades;
Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

Essas melhorias na educação para os alunos com deficiência trazem consigo novas formas de como trabalhar com eles, ofertando recursos, instrumentos, meios e diferentes metodologias que são pensadas exclusivamente para esse público, com o intuito de oferecer de maneira efetivada e que possa obter sucesso nos objetivos estabelecidos, nessa perspectiva, Santana e Teixeira (2022, p.301) discutem o seguinte:

Analisando melhor a educação inclusiva no contexto atual brasileiro, foi evidenciado mudanças significativas, pois antigamente a criança com algum tipo de deficiência, era tida como frágil, inferior, incapaz e não tinham importância para a sociedade, consequentemente eram vítimas de preconceito. Atualmente, a educação especial ganhou mais ênfase e valorização, pois foi através da implantação desse novo recurso (AEE) que diversas crianças passaram a ter um olhar mais voltado para as suas especificidades e por lei a garantia dos seus direitos.

Nessa perspectiva, vemos que a implementação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem garantido de maneira positiva o acesso dos alunos deficientes na escola, pela qual, é um serviço que busca atender de forma pensada e refletida sobre as necessidades dos estudantes, afim de que possa contribuir efetivamente no processo de desenvolvimento da sua aprendizagem.

O papel do AEE no que diz respeito à evolução do aluno deficiente, é visto de forma estritamente importante e que vem de encontro com as necessidades de cada um, ou seja, é um trabalho que pode ser realizado individualmente ou grupal, a depender de cada situação, e que compreende as áreas do contato, acessibilidade e apoio ao estudante com o pressuposto de facilitar sua interação no dia a dia com as atividades e com a troca de experiências com os demais estudantes (SANTANA, TEIXEIRA, 2022).

De acordo com a Resolução nº4 de 2 de outubro de 2009 do Conselho Nacional de Educação (CNE): “Art.2º O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.”; assim, vemos que o AEE é um serviço ofertado exclusivamente ao aluno deficiente e que não pode substituir o ensino regular, ou seja, o AEE não pode ser confundido com reforço escolar e o mesmo precisa ser trabalhado em conjunto com o ensino regular. Sua principal atuação na escola e na vida do estudante deficiente é complementar sua educação e propor estratégias que eliminem as barreiras e possa ser oferecida uma educação de fato inclusiva.

Santana e Teixeira (2022, p. 301) apontam que:

O AEE possui uma grande relevância no processo educacional do aluno com deficiência, sendo que, o mesmo irá, através da mediação do professor identificar as dificuldades de aprendizagens de cada educando e ao concluir essa análise, o mediador fará a adequação dos recursos pedagógicos, voltado para as especificidades de cada indivíduo.

De acordo com esse posicionamento podemos dizer que o trabalho do AEE trata-se também de uma tarefa em conjunto, na qual é preciso existir um diálogo diretamente com o professor regular daqueles alunos atendidos, para que seja possível elaborar uma metodologia bem como, fazer uso de recursos pedagógicos que sejam acessíveis e que possam contribuir de forma significativa no desenvolvimento da aprendizagem de cada um. Diante desse contexto, o AEE torna-se uma importante estratégia presente na educação e desenvolvimento dos alunos com deficiência, pois deve ser ofertado também de tal maneira que não impeça o seu envolvimento nas atividades regulares, pelo contrário, é uma contribuição que deve ser posta de forma adicional, tendo como foco a evolução na aprendizagem, como coloca Salvini, Pontes, Rodrigues, Silva (2019, p.546):

(...) o AEE deve ser oferecido, prioritariamente, em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso ao da escolarização. Pode ser realizado também em centros de Atendimento Educacional Especializado. Tem caráter complementar ou suplementar ao processo de ensino, não substituindo às classes comuns. Alunos matriculados concomitantemente em classe comum do ensino regular público e no AEE serão contabilizados duplamente, para efeito da distribuição dos recursos do FUNDEB.

Nesse sentido o AEE apresenta certa flexibilização para que os alunos possam ser atendidos sem que sejam prejudicados em sua frequência escolar por meio da disponibilização das Salas de Recursos Multifuncionais ou em Centros de Atendimento Educacional Especializado, mesmo que em seus espaços escolares não disponha, podendo esses Centros ser localizados na mesma cidade em que os alunos residam, ou em municípios próximos. Vale ressaltar que essa oferta de Atendimento Educacional Especializado deve ser oferecida durante toda vida estudantil, afim de que as barreiras encontradas pelos alunos deficientes sejam na Educação Infantil ou no Ensino Médio, possam ser perpassadas com o apoio desse serviço, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2007, p.16) vem defender esse argumento:

O atendimento educacional especializado disponibiliza programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, ajudas técnicas e tecnologia assistiva, dentre outros. Ao longo de todo processo de escolarização, esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum.

Ou seja, o AEE por ser de caráter suplementar ou complementar vem com esse intuito de explorar as diferentes áreas que muitas das vezes não é trabalhada na sala de ensino regular, como é o caso das áreas sensoriais, motoras, psíquicas, emocionais, cognitivos, dentre outras. Mediante isto, a atuação no AEE por parte do professor especializado deve ser capacitada e que conheça os recursos e instrumentos que melhor se adéquam à realidade de cada aluno, assim, é importante fortalecer uma formação consistente que seja de forma específica e que tenha o domínio nas áreas exigidas conforme as necessidades existentes, em conformidade com isso, a Política Nacional de Educação Especial (2007, p.17) destaca que:

O atendimento educacional especializado é realizado mediante a atuação de profissionais com conhecimentos específicos no ensino da Língua Brasileira de Sinais, da Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, do sistema Braille, do soroban, da orientação e mobilidade, das atividades de vida autônoma, da comunicação alternativa, do desenvolvimento dos processos mentais superiores, dos programas de enriquecimento curricular, da adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, da utilização de recursos ópticos e não ópticos, da tecnologia assistiva e outros.

Assim vemos o quanto é complexa e ampla a atuação no AEE, ou seja, é um atendimento que recebe todo e qualquer tipo de criança ou jovem deficiente, cada um com uma especificidade, que necessitam de uma análise criteriosa, para que seja possível, dentro dessas análise traçar objetivos e metas de alcance de evolução desse aluno, a partir das habilidades que podem ser desenvolvidas, mesmo que seja de forma lenta para nós, mas que para eles, será um grande avanço.

Nessa perspectiva de atendimento, funcionalidade e atuação do professor especializado no AEE, a Resolução nº4 de 2 de outubro de 2009, em seu Art. 13º, lista as seguintes atribuições desse profissional, nas quais são:

- I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;
- II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;
- IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;

VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

Compreendemos que a atuação do professor do AEE é de grande valia e importância no contexto escolar, devendo esta, ser promovida de forma construtiva com toda a comunidade escolar, familiares, assistência social e demais pessoas próximas daquelas crianças ou jovens atendidos. Ou seja, o Atendimento Educacional Especializado não deve ser visto como algo excludente dentro do meio escolar, mas como uma oportunidade de aprimoramento dos conhecimentos, habilidades e potencialidades dos alunos com deficiência, que antes eram vistos como incapazes, e por esse motivo eram postos de lado e esquecidos, e ao longo do tempo foram alvo de preconceitos e opiniões negativas, mas que diante de muitas lutas por reconhecimento e provas de capacidade, essa realidade vem sendo moldada, e novas perspectivas vêm surgindo, a fim de que exista uma sociedade igualitária, com os direitos de todos garantidos.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Como percurso metodológico, optou-se por um estudo de caso, para tanto, optou-se por uma pesquisa de campo, de natureza qualitativa, por meio da aplicação de um questionário estruturado, a fim de coletar dados sobre o desenvolvimento do trabalho de uma professora que atua no Atendimento Educacional Especializado em 03 (três) escolas no município de Portalegre – Rio Grande do Norte. Sendo que, 02 (duas) destas escolas estão localizadas na zona rural do município, nos sítios Estrondo e Baixa Grande, e a terceira escola localizada na zona urbana, que recebe grande parte dos estudantes da cidade e alguns outros das zonas rurais.

A quantidade de alunos ao todo destas instituições no ano de 2024, são respectivamente, 48 alunos, 153 alunos e 644; dessa forma a professora realiza seu trabalho no AEE contemplando essas instituições organizando por meio de um cronograma os dias e os horários para cada estudante. Por existir uma grande demanda de alunos com deficiência que necessitam desse acompanhamento, a professora conta com o auxílio de uma outra professora que também é especialista na área para dividir entre elas os estudantes atendidos e poderem trabalhar com todos.

A escola escolhida para ser realizada a pesquisa, mediante as 03 (três) opções de trabalho da professora, foi a escola do sítio Estrondo, que fica localizada a cerca de 8 km da

cidade de Portalegre; numa comunidade carente de serviços públicos e onde muitos moradores não têm a consciência instrutiva de buscar melhorias, assim, a professora atua nesta escola atendendo os estudantes advindos destas famílias que apresentam pouco entendimento deste serviço ofertado na escola.

Nesse sentido, optou-se pela seguinte escola por existir um vínculo de trabalho, ou seja, enquanto coordenação pedagógica, que possibilita um conhecimento do espaço escolar, e também de crianças com necessidades específicas que necessitam de um olhar mais cauteloso, assim foi possível observar como a professora desenvolve seu trabalho levando em consideração a falta da parceria da família em conjunto com os demais profissionais.

Para entender melhor como se configura o trabalho da docente atuante no Atendimento Educacional Especializado (AEE), bem como o seu planejamento, execução, dificuldades, estratégias desenvolvidas e atores envolvidos no processo, aplicou-se um questionário (anexo 1) com a professora atuante no AEE a fim de coletar dados que possam contribuir acerca do assunto aqui abordado.

A estrutura do questionário foi dividida em dois tópicos, em que o primeiro tópico elencou informações pessoais acerca da professora, nos quais alguns deles serão mantidos em sigilo garantindo os princípios éticos da pesquisa, e para seu nome, utilizaremos o pseudônimo “Flor”; formação profissional, tempo de atuação no AEE e quais instituições ela exerce essa função; já no segundo tópico, trata-se dos questionamentos sobre os objetivos desse estudo, disposto em 8 (oito) perguntas abertas.

Com relação ao perfil profissional, a professora “Flor” relatou que possui formação em Pedagogia, com Especialização em Educação Inclusiva e AEE, atualmente atuando em 03 escolas da rede municipal de ensino, realizando um trabalho itinerante. Ou seja, em 01 (uma) escola da zona urbana e em 02 (duas) escolas da zona rural. Sobre o tempo de atuação no AEE, a professora respondeu que especificamente no AEE, está acerca de 01 (um) ano no ensino fundamental, mas atuou 02 (dois) anos na educação inclusiva no Ensino Médio.

No que diz respeito a um primeiro questionamento, foi indagado a professora, se de acordo com a sua experiência, estudo e atuação, o que seria o Atendimento Educacional Especializado (AEE), como ela entendia suas configurações, e a resposta da professora “Flor” foi a seguinte:

Um apoio complementar ou suplementar da educação especial, para atender aos estudantes com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento, que estejam matriculados e frequentando a sala de aula regular. É realizado na sala de recursos multifuncionais da escola (onde existe) ou outro espaço adequado

preferencialmente no contra turno da escolarização do estudante, e pode ser também em centros especializados (FLOR, 2024).

Dessa maneira pode-se perceber que a compreensão da professora acerca do papel do AEE e sua configuração, é compatível com o que preconiza as normas e a função principal desta atuação, que é de complementar ou suplementar o ensino regular; como também seus determinantes e práticas para que exista uma inclusão efetivada (SILVA, CARVALHO, 2017).

Outro questionamento foi no que se refere a qual a importância é dada pelo docente atuante no AEE em relação ao Atendimento Educacional Especializado para o Ensino Fundamental I, e “Flor” respondeu que:

Percebemos que muitos dos nossos docentes têm o compromisso e reconhecimento de que o complemento realizado os auxilia na formação, embora seja um trabalho que demanda tempo, persistência e determinação, para que os frutos brotem. Enquanto alguns e dependendo da idade e dificuldade que apresenta, não tenha interesse levando a desistir de frequentar a sala do AEE (FLOR, 2024).

Aqui pode-se notar certa preocupação da professora em relação à frequência dos alunos no AEE, embora ela tenha consciência de que esse complemento vem para ajudar no desenvolvimento do aluno com deficiência, sabendo também que se trata de um trabalho árduo e lento, a depender das especificidades e que, por esse motivo falte incentivo para que os estudantes não deixem de frequentar. Sendo que, é a partir da inclusão, pensando nas dificuldades e barreiras dos estudantes, e procurando meios sociais que é possível resolver o problema da exclusão educacional e a falta de frequência na escola (FREIRE, 1996).

Sobre o planejamento e execução, foi questionado se o Plano de Atendimento Educacional Especializado – PAEE vem sendo elaborado, dialogando com o Projeto Político Pedagógico da escola, e foi possível evidenciar que:

De forma geral, vejo como grande desafio e dificuldade planejar e elaborar em conjunto, embora se faça necessário, diante das tantas demandas hoje dentro das escolas, desde o apoio pedagógico aos demais contribuintes para a realização desse momento. Na prática ainda estamos em construção. São muitos pontos e detalhes particulares a serem vistos (FLOR, 2024).

Diante desta resposta, pode-se perceber que a professora “Flor” apresenta dificuldades em elaborar o planejamento para os alunos com deficiência, visto que são situações diversas e uma grande demanda para o atendimento, podem dificultar esse viés.

Contudo é necessário que se tenha clareza da importância desse planejamento para a execução das atividades e para o desenvolvimento dos alunos, visando seus limites e individualidade (SANTOS, 2019). Esse planejamento também precisa ser visto como uma forma de auto avaliação do professor, sobre sua prática corriqueira, Libânio (2006, p.225) acrescenta que: “(...) o professor usa o planejamento como oportunidade de reflexão e avaliação da sua prática, além de se tornar menos pesado o seu trabalho, uma vez que não precisa, a cada ano ou semestre, começar tudo do marco zero.”

Quanto às principais dificuldades e os maiores desafios encontrados nessa prática do Atendimento Educacional Especializado, “Flor” respondeu que: “Compromisso dos responsáveis em levar no dia e horário combinado, os deslocamentos e às vezes material adequado.” De acordo com o posicionamento da professora, pode-se perceber que existe uma falta de parceria da família em relação ao AEE, o que dificulta o seu trabalho, já que há necessidade de organizar o tempo para cada estudante a ser atendido, e quando não aparecem, compromete o desenrolar das demais atividades. Outra dificuldade apontada pela professora, é a falta de recursos, o que muitas vezes inviabiliza o desenvolvimento de alguma atividade que foi previamente planejada, e o material não foi providenciado em tempo hábil.

Sabendo-se que, a oferta de recursos e materiais pedagógicos que atendam aos alunos com deficiência é garantida em regulamentação, como determina o Art. 59, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96, que assegura: - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades, terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, e ainda educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade e acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Outra pergunta foi quanto ao Atendimento Educacional Especializado que é exercido pela professora, considerando as realidades desses atendimentos, como ocorrem, quem são os atores envolvidos, as metodologias e/ou parceiros que contribuem. E foi possível identificar que:

Devido à grande demanda existentes, as particularidades, os atendimentos são realizados 01 (uma) vez por semana, preferencialmente no turno inverso da aula, mas existem casos que não tem como acontecer, então é realizado na hora da aula. Tem duração entre 40 min a 01 hora, podendo ser grupal ou individual (dependendo da especificidade). Para que seja efetiva a realização desse trabalho

o ator principal é nosso aluno, a família, professor da sala regular e escola, principais colaboradores. Contamos sempre com o apoio da secretaria de educação, gestores, apoio pedagógico e demais servidores da escola, sem esse envolvimento seria impossível realizar (FLOR, 2024).

Diante do exposto, é possível perceber a preocupação em contemplar os alunos com deficiência ou que possuem algum tipo de necessidade de atendimento especializado em estar no AEE frequentemente, ou seja, existe uma flexibilização com relação aos horários para que venha a acontecer, mesmo a professora tendo consciência de que o ideal é que esses atendimentos aconteçam no contra turno do horário da aula regular como prevê o Art. 5º da Resolução N°4 de 2 d outubro de 2009.

Vale salientar também a colocação da professora em mencionar os atores envolvidos neste processo, pois se sabe que o trabalho do AEE depende de vários fatores, e nesse sentido é preciso que todos os funcionários da escola estejam prontos e acessíveis para prestar qualquer auxílio quando precisar, ou seja, é importante que todos os membros escolares sejam atores e estejam incluídos no processo de inclusão dos alunos com deficiência, e reformular as concepções e práticas quando se necessário, como apontam Santana e Teixeira (2022, p. 305): “se faz necessário ampliar o olhar para a prática pedagógica, inserindo a escola como um todo, analisando e repensando o modelo de ensino na perspectiva inclusiva, com o intuito de melhorar a aprendizagem do aluno.”

No que se refere as estratégias utilizadas pela professora para solucionar os possíveis problemas encontrados e garantir plena efetivação do AEE, “Flor” respondeu o seguinte: “Conversas individuais, visitas as famílias ausentes, reunião com pais ou responsáveis, como também com diretores e secretária municipal de educação, a qual sempre demonstra apoio e nos ajuda.”

Percebe-se assim, várias estratégias utilizadas pela professora para prestar o serviço aos alunos com deficiência, tendo um olhar cuidadoso a aqueles cujos familiares são mais ausentes e procurando sempre está em consonância com os pais. Assim, é possível notar a necessidade de existir uma rede de apoio de informações acerca do AEE e suas contribuições, para que as famílias possam enxergar com olhos de admiração e compromisso, Santana e Teixeira (2022, p.307) destacam que: “é imprescindível que todas as escolas da rede pública, implementem estratégias educacionais, voltada para as especificidades dos educandos, incentivando a autonomia e o autoconhecimento, com o intuito de valorizar as diferenças e a prática do respeito.”; dessa forma é interessante conhecer a história por trás de cada estudante a fim de que possa existir a possibilidade de buscar essas estratégias que rompam as barreiras existentes.

Interpelada acerca da sua atuação, e sobre quais parcerias ela poderia articular para o fortalecimento e desenvolvimento do trabalho, e a respondente aponta que: “Família, escola, professores do AEE, professores da sala regular e toda equipe gestora, como também a SEMED.”

Nesse pressuposto, destaca-se a relevância da articulação de várias esferas que podem auxiliar neste trabalho, desde os pais até a secretaria de educação do município, na qual é a principal articuladora deste serviço, bem como também, é papel do órgão público oferecer a ampliação desse serviço conforme for necessário de acordo com a realidade existente, como é posto no Parágrafo Único do Art. 60º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que preconiza: “O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.”

Por fim, o último questionamento faz referência as possíveis parcerias que ajudam neste trabalho, e Flor, exalta a importância da: “Família, escola, professor do AEE e aluno.” Assim, vemos o quanto a docente apresenta e salienta a importância da família na construção do desenvolvimento dos alunos com deficiência que são atendidos no AEE, sendo que existem muitos envolvidos neste processo e cada um apresenta um importante papel para se alcançar a efetivação desse trabalho, os autores Vieira, Oliveira, Diniz e Coutinho (2021, p. 3) acrescentam que: “Sabe-se que uma escola inclusiva, trata o sujeito com o foco central de toda ação educacional. Para que isso ocorra, são necessárias adaptações e pessoas compromissadas com o processo de inclusão, sendo fundamental e primordial o papel que a família exerce dentro deste contexto, visto que é ela quem encaminha este sujeito para as demais fases.”; sendo assim, a aluno com deficiência necessita que seja orientado e levado aos atendimentos, bem como os acompanhamentos médicos quando existem, apenas é dessa maneira, que torna-se mais fácil exercer o trabalho no Atendimento Educacional Especializado e poder colher os frutos posteriormente.

Dessa forma, é possível perceber que o trabalho no Atendimento Educacional Especializado é algo de grande importância para os alunos, para a escola e para a família, contudo, é necessário existir uma parceria ainda mais consistente no que diz respeito a frequência e permanência dos estudantes neste serviço, e que haja consciência de que os resultados que por mais que sejam lentos e demorados a acontecer, eles existem, e é preciso dar um voto de confiança neste processo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo mostrou que o planejamento do professor atuante no Atendimento Educacional Especializado exerce um papel fundamental para o desenvolvimento dos alunos com deficiência, visto que, levando em consideração as especificidades de cada um, é preciso que esse planejamento seja elaborado mediante suas especificidades, bem como individualidades. Desse modo, o ato de planejar, está para além do ato de selecionar atividades, pode-se configurar como um momento de pesquisa, produção, trocas e compartilhamentos de saberes, elaboração de recursos acessíveis, dentre outros, porque não dizer que são tarefas um tanto quanto desafiadoras diante das inúmeras situações encontradas nos atendimentos?! Para o professor atuante AEE é algo complexo e exige que seja articulado em rede juntamente com toda comunidade escolar, famílias e demais profissionais externos à escola.

Foi possível ainda analisar acerca da compreensão do AEE sob a perspectiva da professora atuante, na qual, corrobora com a definição deste serviço, como sendo complementar ou suplementar da educação especial ao ensino regular, devendo ocorrer no contra turno do horário da aula, em salas de recursos multifuncionais inseridas na própria escola, ou em Centros Especializados; e para isso acontecer é necessário a elaboração do plano de atendimento, contudo, podemos observar que ainda existem dificuldades em articular atividades a serem executadas com os estudantes com deficiência por consequência da grande quantidade de atendimentos que devem ser realizados, inviabilizando assim um contato ainda mais aprofundado com o aluno.

Com isso foi possível evidenciar o atendimento educacional especializado que ocorre na escola estudada, acontece num tempo de 40 (quarenta) minutos a 1 (uma) hora de duração, no horário contrário da aula regular, e eventualmente no mesmo horário da aula por existir a dificuldade de locomoção dos estudantes, sendo essa um dos desafios enfrentados pela professora. Outra constatação importante foi a falta de adesão por parte das famílias, em levar seus filhos no horário definido, sem falar da falta de recursos necessários.

E por fim, as estratégias adotadas para tentar resolver essas situações dizem respeito a conversas individuais com professores regulares, gestores escolares, secretaria de educação, e visita a famílias ausentes. Essas são algumas alternativas utilizadas para buscar melhorar o andamento dos atendimentos. Dessa forma pode-se considerar que o presente estudo teve seus objetivos alcançados, uma vez que foi possível perceber o

entendimento e a importância dada pela docente a esse serviço e a necessidade de planejar, bem como as melhores metodologias e estratégias a serem utilizadas mediante as dificuldades encontradas, bem como, identificar quais principais os atores podem ser envolvidos e acionados para efetivar o atendimento educacional especializado inclusivo.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Resolução CNE/CEB nº 04, de 02 de outubro de 2009- MEC Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em 28 de julho de 2024.

BRASIL. Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988. Presidência da República do Brasil. Brasília, DF, 5 out. 1988. Tit. VIII, Cap. III, Sec. I. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 28 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de assuntos jurídicos, Brasília, DF, 20 dez. 1996.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, 1994, Salamanca-Espanha.

FARIAS, R. De. SANTOS, M. Z. de Q. **O atendimento educacional especializado (aee) nas salas de recursos multifuncionais em duas salas da rede municipal do recife na percepção das professoras do aee.** Anais VII CONEDU - Edição Online. Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/68933>>. Acesso em: 28/07/2024 12:29.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura)

LIBÂNEO, J. C. **Didática.** São Paulo – SP: Cortez Editora, 2006.

PAVÃO, A. C. O. PAVÃO, S. M. de O. (Orgs.). **Intervenções pedagógicas no AEE: potencializando o ensino, a aprendizagem e a inclusão.** Santa Maria: FACOS-UFSM, 2023.

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008.

SALVINI, R. R., PONTES, R. P., RODRIGUES, C. T., SILVA, M. M. da C. **Avaliação do Impacto do Atendimento Educacional Especializado (AEE) sobre a Defasagem Escolar dos Alunos da Educação Especial.** Estud. Econ., São Paulo, vol.49, n.3, p.539-568, jul.-set. 2019.

SANTANA, A. M. N. TEIXEIRA, V. R. de L. **A Importância de Atendimento Educacional Especializado na Educação Especial em Escolas Públicas.** Id on Line Rev. Psic. V.16, N. 63, p. 299-313, Outubro/2022, ISSN: 1981-1179.

SANTIAGO, M. C. SANTOS, M. P. dos. **Planejamento de Estratégias para o Processo de Inclusão: desafios em questão.** Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 485-502, abr./jun. 2015.

SANTOS, L. de J. B. dos. **PLANEJAMENTO DA AÇÃO DIDÁTICA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL:** compreensões necessárias na elaboração do plano de AEE. Revista Ciências Humanas - Educação e Desenvolvimento Humano, Taubaté/SP, v.12, n 1, p. 98 - 113, Jan. - Abr. de 2019.

SILVA, N. C., CARVALHO, B. G. E., **Compreendendo o Processo de Inclusão Escolar no Brasil na Perspectiva dos Professores: uma Revisão Integrativa.** Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.23, n.2, p.293-308, Abr.-Jun., 2017

VIEIRA, E. C. R., OLIVEIRA, M. S. A. P. de., DINIZ, N. M. S. da C., COUTINHO, D. J. **A parceria da família com a escola nas intervenções do atendimento educacional especializado.** Europub Journal of Multidisciplinary Research, Portugal, v.2, n.1, p. 02-16, jan./dec., 2021

Anexo 1 – Questionário aplicado com a professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE)

Convido você para participar da pesquisa intitulada: “**O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: SUA IMPORTÂNCIA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL I, PLANEJAMENTO, DESAFIOS E ESTRATÉGIAS**” do curso de Pós-Graduação em Atendimento Educacional Especializado (AEE), pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), do discente Sergio Costa Cavalcante. O seguinte questionário tem como objetivo realizar o levantamento de informações acerca do AEE para a construção do Trabalho de Conclusão de Curso.

Registraremos que os dados só serão utilizados para fins da pesquisa, e que em momento algum, seus dados pessoais serão divulgados. Como princípios éticos, faremos sigilo de todos os dados coletados.

Ciente da sua colaboração, desde já agradeço a sua participação.

DADOS PESSOAIS

Nome:

Formação:

Instituição (es) que atua no AEE:

Tempo de Atuação no AEE?

INFORMAÇÕES PROFISSIONAIS

1. De acordo com a sua experiência, estudo e atuação, o que seria o Atendimento Educacional Especializado (AEE)? Como se configura? Como se dá?
2. Qual a importância é dada pelo docente atuante no AEE com relação ao Atendimento Educacional Especializado para o Ensino Fundamental I?
3. O seu planejamento, ou seja, o Plano de Atendimento Educacional Especializado – PAEE vem sendo elaborado dialogando com o Projeto Político Pedagógico da escola? Explique como você compreende esse planejamento e de que forma ele acontece em sua prática.
4. Mediante diversas especificidades do AEE, quais os maiores desafios encontrados nessa prática?
5. Levando em consideração a realidade inserida, como ocorre o Atendimento Educacional Especializado? Explique quais atores envolvidos, metodologias e/ou parceiros que contribuem.
6. Quais estratégias são buscadas para solucionar esses problemas encontrados e garantir plena efetivação do AEE?
7. Na sua atuação, quais parcerias você pode observar que contribuem para o desenvolvimento do seu trabalho?
8. Que parcerias podem, ou devem existir, para que haja um trabalho efetivado com sucesso com os alunos atendidos no AEE?